

PÁG 2 Abraceel reforça compromisso com a segurança do mercado

PÁG 4 Conselho da Abraceel visita o ONS

PÁG 6 GT e MME analisam reforma do setor e separação lastro energia

PÁG 8 Arsesp recebe contribuições sobre Swap de Gás e Agenda Regulatória

PÁG 11 Bahia avança em proposta para abrir seu mercado de gás

PÁG 13 Curtas: Encontro CCEE – Preço Horário

Fórum do Gás

Sefaz-CE

... e muito mais!

PÁG 16 Agenda Semanal Abraceel

NOVIDADE!

CLIQUE NO Nº DA PÁGINA E VÁ
DIRETAMENTE PARA ELA!

ABRACEEL REFORÇA COMPROMISSO COM A SEGURANÇA DO MERCADO

Matéria em 1 minuto:

- Lançado o Manual de Boas Práticas de Gestão de Risco;
- MME apresenta o andamento dos trabalhos do GT Modernização;
- CCEE apresenta indicadores de segurança do mercado.



Tempo de leitura:
3 minutos

Lançado o Manual de Boas Práticas de Gestão de Risco, elaborado pela Abraceel, em parceria com a Dcide, no dia **19.02**, em evento exclusivo para as associadas no auditório do BTG Pactual. A iniciativa é resultado de demanda dos associados para fomentar uma cultura de gestão de risco nas empresas que atuam no mercado livre. Segurança de mercado tornou-se uma bandeira de atuação da Abraceel e, já há algum tempo, há uma busca para estimular o desenvolvimento de soluções que ampliem a segurança nas operações do mercado de energia.



Além do lançamento do Manual, o encontro reuniu o MME e a CCEE para discutir a modernização do setor e as iniciativas da Câmara para a segurança do mercado, como o lançamento da ferramenta “Indicadores de Segurança do Mercado”.

Francisco Silva, diretor de Programa do MME, apresentou o andamento dos trabalhos do GT Modernização.

Quando questionado sobre prazos para aprovação do projeto de lei da portabilidade (PLS 232), confirmou o desejo do Executivo de rápida aprovação das propostas em análise no Congresso, pontuando, contudo, que isso depende dos prazos do Legislativo. Reginaldo complementou que, em reunião com o senador Marcos Rogério, o parlamentar confirmou sua intenção de deliberar o relatório após o Carnaval para que o projeto seja encaminhado à Câmara e, possivelmente, tramite em conjunto com o PL 1917.





Na sua apresentação, Talita Porto, da CCEE, falou sobre os indicadores de segurança do mercado e comentou os esforços da Câmara para avançar nessa agenda. Quando questionada sobre o GSF, a conselheira apontou o Legislativo como a alternativa para solucionar o impasse, uma vez que no âmbito do Judiciário o tema estava sobrestado.

Em seguida, Abraceel e Dcide lançaram o Manual de Boas Práticas de Gestão de Risco. Conforme apontou o presidente da Abraceel, Reginaldo Medeiros, o objetivo do documento é nivelar o conhecimento sobre as melhores práticas para a gestão de riscos, reforçando o compromisso da Abraceel, não apenas com os comercializadores, mas com todos os agentes, em prol de um mercado de energia mais maduro e eficiente. Na sua apresentação, Henrique Leme (Dcide) detalhou a importância, melhores práticas associadas e diretrizes conceituais e de implementação de gestão de riscos.

Confira as apresentações realizadas no evento na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”, além do Manual de Boas Práticas de Gestão de Risco na íntegra no nosso site.

ABRACEEL FAZ PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS ASSOCIADOS

De acordo com o Estatuto Social da Abraceel, foi submetida à Assembleia Geral Ordinária o relatório das atividades, a prestação de contas, o parecer da auditoria independente e o balanço geral da Abraceel, relativos ao exercício de 2019, que foram aprovados por unanimidade pela AGO. O Relatório Anual foi entregue aos presentes e a íntegra está disponível no nosso site (Quem Somos > Relatório Anual). Na ocasião, Reginaldo Medeiros apresentou os resultados da pesquisa de avaliação da Abraceel, que teve recorde de aprovação pelos associados.



CONSELHO DA ABRACEEL VISITA O ONS

Matéria em 1 minuto:

- Conselho da Abraceel discute com ONS preço horário, Comitê Técnico ONS/CCEE para CMO/PLD, mercado de capacidade e isonomia na conexão para o ACL;
- Abraceel fará exposição detalhada da proposta de contratação de capacidade aos diretores e equipe técnica do ONS;
- ONS fará apresentação detalhada de temas que vêm sendo discutidos no setor e que impactam a formação de preços na próxima reunião do GT Abraceel.



Tempo de leitura:
3 minutos

Em função de dois eventos simultâneos, reunião do GT Abraceel e apresentação da pauta Abraceel ao ONS, o Conselho da Abraceel teve que se dividir para atender os dois eventos. Assim a Abraceel, representada pelos conselheiros Ricardo Lisboa, Paulo Tarso e Eduardo Takamori e pelo Presidente Executivo Reginaldo Medeiros, se reuniu a diretoria do Operador no dia 18 de fevereiro para debater diversos temas de interesse dos associados.

Pelo ONS participaram os diretores Luiz Eduardo Barata Ferreira, diretor-geral; Francisco Arteiro, diretor de Planejamento, e Álvaro Fleury Veloso da Silveira, diretor de TI, Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios. Os seguintes temas foram abordados, com os desdobramentos descritos.



- **Preço Horário:** Reginaldo Medeiros apontou as melhorias efetivas que o ONS vem promovendo nos seus procedimentos, processos e sistemas para atender aos agentes, em particular a categoria de comercialização, visando cumprir os requisitos de isonomia no acesso à informação, reprodutibilidade de cálculos e transparências nas ações. São

exemplos marcantes o (a) SINtegre, que promoveu melhoria na divulgação das informações e no acesso dos agentes ao sistema (webhook e API) e (b) a entrega pelo ONS dos dados solicitados pelo mercado (AcompH, FSARH, SGI e SAGIC).

- **Comitê Técnico ONS/CCEE para CMO/PLD:** Reginaldo Medeiros abordou as discussões ocorridas no âmbito do GT Abraceel, que estão refletidas na contribuição da associação à consulta pública promovida pelo ONS, em parceria com a CCEE, visando atender os requisitos previstos na Resolução Aneel nº 843, de 2019. Reportou que o mercado discutiu exaustivamente a proposta, não tendo encontrado grandes problemas na sua implementação. Não obstante, na contribuição da Abraceel foram apresentadas as seguintes

sugestões de melhoria:

- simplificação da estrutura de funcionamento e maior participação dos agentes nas decisões;
- divulgação prévia das pautas em discussão e do Plano de Ação e elaboração e divulgação de Nota Técnica no estilo “Análise de Impactos Regulatórios” que aborde os efeitos sobre CMO/PLD e;
- acrescentar outros temas para 2020 como (a) os estudos da Cpamp, em especial sobre a questão da volatilidade do PLD e a geração de cenários, (b) metodologia para alteração de limites de intercâmbio, vazões defluentes e volume de espera, (c) procedimentos para divulgação de fatos relevantes e (d) melhorias em curso no Dessem.

Luiz Barata e Álvaro Fleury ressaltaram que a diretriz geral dos diretores do ONS é para que sejam atendidos todos os pleitos ora em discussão com os comercializadores. Álvaro Fleury disse que a única contribuição que havia recebido sobre o tema era o documento da Abraceel, mas ainda não havia analisado a contribuição. Francisco Arteiro convidou Reginaldo Medeiros para participar da próxima reunião do PMO, ressaltando que o ONS tem todo o interesse em prestar todas as informações necessárias.

• **Proposta de Contratação de Capacidade Abraceel/Thymos** – Reginaldo Medeiros descreveu brevemente os objetivos e motivações da proposta Abraceel destinada a criar um mercado de capacidade como forma de acelerar, sem depender de Lei, as mudanças necessárias na expansão da geração previstas na reforma do setor – GT Modernização, PL 1917 e PL 232. Ficou acordado que a Abraceel/Thymos fará uma exposição detalhada da proposta aos diretores e equipe técnica do ONS.

• **Necessidade de isonomia na conexão para o ACL** – Reginaldo Medeiros relatou a reunião realizada na Aneel com a Abraceel e a carta enviada ao regulador solicitando a inclusão do tema na agenda regulatória de 2020, em função da urgência em se redefinir regulatoriamente critérios de acesso (conexão) isonômico entre ACL e ACR.

• **Presença do ONS no GT** – A Abraceel convidou e o ONS aceitou participar da próxima reunião do GT Abraceel, prevista para o dia 31 de março no Rio de Janeiro, quando o operador fará uma apresentação detalhada dos temas que vêm sendo discutido no setor e que impactam a formação de preços e os comercializadores.



GT E MME ANALISAM REFORMA DO SETOR E SEPARAÇÃO LASTRO ENERGIA

Matéria em 1 minuto:

- Reunião do Grupo Técnico da Abraceel tem a presença do MME;
- Apresentados os principais tópicos do novo relatório do PLS 232 na reunião;
- MME acredita que o novo modelo já com a separação lastro e energia possa valer a partir de junho de 2021.



Tempo de leitura:
3 minutos

No dia **18.02** o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu em São Paulo, com a presença do Ministério de Minas e Energia, para discutir as atualizações do PLS 232 e consolidar conceitos sobre a separação lastro e energia. Alexandre Lopes abriu a reunião reforçando o interesse da Abraceel em trabalhar junto ao ministério nas questões da modernização do setor, destacando a qualidade das discussões no âmbito do Grupo Técnico e seu potencial de contribuição como fórum de debates para as questões relativas ao mercado.

Reforma do setor – PLS 232

Alexandre apontou as principais alterações do complemento ao relatório do Senador Marcos Rogério (DEM/RO), apresentado no dia **04.02**. Destaque para a antecipação do cronograma de abertura total para o Grupo B em até 42 meses da entrada em vigor do PL (ante 78 meses da versão anterior) e o alinhamento dessa nova versão em relação aos avanços na abertura do mercado feitos pelo Ministério por meio da Portaria nº 465/2019 (eliminando o cronograma da versão anterior). O MME destacou que está alinhado com o PLS 232, mas considera que alguns pontos precisam ser mais bem estudados antes da abertura para a baixa tensão e apontou que a velocidade da abertura do PLS é um ponto de preocupação.

Durante o debate, os associados manifestaram preocupações quanto à formação de preços por oferta ser taxativa quanto à data de implementação (até 42 meses), sendo que, apesar de ser precedida por estudos, não é condicionante ao resultado desses estudos, os quais podem apontar entraves para a alteração do processo de formação de preços. Também foi externalizada preocupação quanto ao nível de detalhes do que está sendo definido em lei, sendo que para alguns a lei deveria tratar apenas do nível macro e conceitual.

Há expectativa de aprovação do relatório na Comissão de Serviços de Infraestrutura em março. Na sequência, o PLS segue tramitação diretamente para a Câmara do Deputados, caso não haja requerimento para a sua apreciação pelo plenário do Senado.

Lastro legado

Alexandre mostrou que, de acordo com o Plano de Ação do GT Modernização, os estudos para a transição dos contratos legados têm prazo até o final do ano. Há preocupação dos associados quanto à possível interpretação da lei que obrigue o repasse dos contratos legados até uma data específica, para manter o lastro. O entendimento é que a estratégia para definir o momento de venda da energia contratada depende de cada empresa, devendo ser assegurado o direito dos comercializadores em relação ao lastro já contratado, até o fim do prazo de concessão ou autorização do empreendimento de geração que dá respaldo ao lastro contratado.

Foi explicado que o intuito do legislador é preservar a comercialização do lastro legado, porém reconhece-se que a lei pode abrir margens para interpretações e, por consequência, gerar judicialização. Uma sugestão discutida pelo GT é de que a regra de transição do lastro seja uma espécie de carimbo que verifica a origem, tal como hoje é feito na matriz de desconto de energia incentivada. Independente da solução, os associados entendem que o contrato que o consumidor ou comercializador comprar depois da transição não pode se deteriorar.

Frente de atuação: Lastro e Energia

Francisco Silva, diretor de Programa da Secretaria Executiva do MME, apresentou as atualizações sobre frente de atuação de lastro energia. A proposta colocada em discussão é a da CP nº 83/MME, vinda do relatório da EPE e há alinhamento com uma transição mais simples. Segundo o MME, a expectativa é que o novo modelo já com a separação lastro e energia possa valer a partir de junho de 2021.



A intenção da criação do Comitê de Implementação da Modernização (CIM) foi criar um instrumento de gestão robusto, auditado pelo TCU, que perpassasse qualquer governo ou situação política. O MME apontou como prioridade publicar as discussões no site de forma estruturada após o carnaval, de forma a permitir o acompanhamento contínuo dos trabalhos do Comitê.

O MME levantou uma reflexão sobre o papel do Estado nesse novo modelo de contratação. Os associados consideram que o objetivo deveria ser uma menor tutela do governo, de forma que os agentes assumam maior responsabilização. Dessa forma, o governo poderia manifestar suas necessidades de lastro e os próprios agentes teriam condições de estudar e propor soluções, que garantam suas ofertas nos certames. Um exemplo similar de contratação foi realizado no leilão de Roraima, sistema isolado, no ano passado.

As apresentações feitas pela Abraceel e pelo MME estão disponíveis na área restrita do associado, seção documentos.

ARSESP RECEBE CONTRIBUIÇÕES SOBRE SWAP DE GÁS E AGENDA REGULATÓRIA

Matéria em 1 minuto:

- Associados discutem CP 17, que trata da troca de gás (swap) entre as áreas de concessão de São Paulo. Contribuições até **27.02**;
- Também houve discussão sobre a Agenda Regulatória da Arsesp, em discussão na CP 02. Os principais temas de interesse: revisão das deliberações que tratam do mercado livre, conta de gás dos grandes usuários e leilões de suprimento de gás;
- Abraceel cumprirá agenda de reuniões com as Agências Reguladoras Estaduais. Dia **09.03**, será com a Arsesp. Os associados interessados em participar devem enviar confirmação pelo e-mail gt@abraceel.com.br.



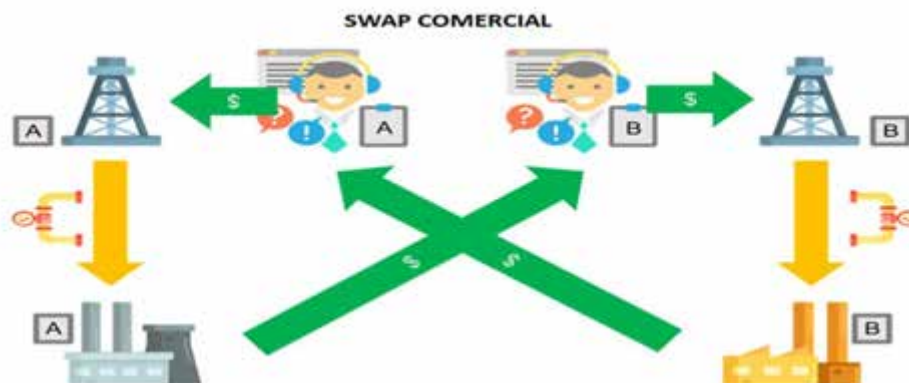
Tempo de leitura:
4 minutos

Em **17.02**, o Grupo Técnico da Abraceel realizou reunião telefônica com objetivo de discutir o mercado de gás no estado de São Paulo. Na pauta, a troca de gás (swap) em São Paulo, tema da CP nº 17/2019, a Agenda Regulatória da Arsesp 2020-2021, em discussão na CP nº 02/2020, e outros temas para o aprimoramento das regras do mercado livre de gás.

CP nº 17/2019 – trocas de gás (swap)

Bernardo Sicsú, Diretor de Eletricidade e Gás da Abraceel, iniciou as discussões com a CP nº 17/2019, que trata da troca de gás (swap) entre as áreas de concessão, no âmbito do Estado de São Paulo. A troca de gás é vista como oportunidade de negócios, devido à divisão do estado em três grandes áreas de concessão e às diferenças quanto à demanda e ao potencial de produção de gás entre elas, podendo-se assim, com o swap, obter-se um melhor aproveitamento da oferta de gás no estado, reduzindo custos e inserindo maior dinamismo no mercado. Há duas possibilidades de swap descritas pela Arsesp, sendo elas:

(i) Comercial: definida em acordos contratuais por meio de transações financeiras entre as partes, sem necessidade de interconexão física entre os usuários; e



(ii) Operacional: trocas em que existem ativos de infraestrutura em comum ou haja interconecção física entre as partes envolvidas.



Na proposta da Agência, os interessados no swap de gás devem enviar uma “Carta de Intenção do Uso do Sistema de Distribuição para Troca de Gás” à concessionária, prevendo que a troca será efetivada mediante pagamento da Tarifa Swap.

Os associados discutiram o tema, levantando alguns pontos de atenção que serão sugeridos à Arsesp:

- há necessidade de critérios mínimos a serem definidos pelo regulador para o cálculo da Tarifa Swap, para a previsibilidade e transparência aos agentes;
- no caso de recusa ao atendimento do swap, a concessionária deve apresentar um embasamento coerente e propor alternativas de soluções que possibilitem a contestação do mercado à negação;
- no caso de necessidade de expansão da rede de distribuição para atendimento ao swap, é preciso maior esclarecimento sobre como será feita a remuneração desses custos, devendo ser resguardada a sua correta alocação; e
- não deve ser permitido o swap entre comercializadoras e concessionárias do mesmo grupo econômico, para evitar a verticalização do suprimento e estimular o bom desenvolvimento do mercado livre.

O Grupo Técnico da Abraceel circulou a minuta de contribuição à CP nº 17/2019 por e-mail e os associados podem enviar sugestões até às 14h do dia **27.02**.

CP nº 02/2020 – Agenda Regulatória Arsesp 2020/2021

Em seguida, foi discutida a CP nº 02/2020, que trata da Agenda Regulatória da Arsesp para o biênio 2020/2021. Bernardo destacou os principais pontos de interesse para os comercializadores de gás:

D6 - Revisão das Deliberações que tratam do Mercado Livre: o prazo de conclusão desta atividade está previsto para o 2º semestre de 2020. Porém trata-se de um tema importante para o desenvolvimento do Novo Mercado de Gás, e, uma vez que o prazo já foi postergado, baseado na agenda regulatória do biênio 2019/2020, é necessária sua deliberação o quanto antes;

DG8 – Conta de gás dos grandes usuários: a separação dos custos de gás, transporte e margem de distribuição na fatura deve ser feita para todos os usuários, não apenas restrita aos grandes;

D15 - Leilões de Suprimento de Gás: como o tema já constava na Agenda Regulatória do biênio anterior e seu prazo de conclusão foi postergado para o 2º semestre de 2021, é de extrema relevância a prioridade na sua conclusão para o melhor funcionamento do mercado.

Por fim, outros temas foram discutidos pelos associados, em um contexto geral da abertura do mercado de gás nos estados, para serem abordados pela associação durante o ano de 2020, tais como: (i) autorização para agente comercializador nos Estados; (ii) fiscalização dos comercializadores; (iii) consumidor parcialmente livre, (iv) venda e cessão de excedentes e o (v) limite mínimo para os consumidores livres.

Para iniciar nossa agenda de reuniões com as Agências Reguladoras Estaduais, a Abraceel agendou reunião com a diretora de gás da Arsesp, Paula Campos, no dia 09.03, às 14:30, na sede da Agência. O objetivo é tratar do mercado livre de gás em São Paulo. Os associados interessados em participar devem enviar confirmação pelo e-mail gt@abraceel.com.br.



BAHIA AVANÇA EM PROPOSTA PARA ABRIR SEU MERCADO DE GÁS

Matéria em 1 minuto:

- Agência reguladora estadual (Agerba) aprimorou proposta original, mas minuta em discussão ainda apresenta desafios, em especial para o comercializador;
- A Abraceel reforçará que a comercialização é atividade de competência federal, submetida à regramento da ANP;
- A minuta de contribuição será enviada para o GT na próxima semana e o prazo finaliza dia 28.02.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia **20.02**, o Grupo Técnico da Abraceel realizou call para discutir a abertura do mercado de gás na Bahia, objeto da consulta pública 01/2020 da Agerba.

Bernardo Sicsú relatou o histórico da discussão, que contou com audiência pública em setembro do ano passado, quando a Agência apresentou proposta com diversos desafios para a efetiva abertura do mercado.

Após contribuições da Abraceel e de outros agentes, a Agerba apresentou nova proposta, com aprimoramentos em relação à proposta original e maior alinhamento com as normas de outros estados, com destaque para:

- limite de migração do consumidor livre em 300 mil m³/dia e aviso prévio de 6 meses;
- exclusão da tarifa do consumidor livre dos custos de comercialização da distribuidora;
- cobrança de tarifa específica para usuário livre atendido por redes exclusivas e dedicadas;
- desverticalização jurídica e contábil para a distribuidora exercer a atividade de comercialização; e
- valem as decisões tomadas pela Agerba e não pela Secretaria de Estado, acionista da distribuidora, tal como constava na proposta original.

Apesar dos avanços, o Grupo Técnico identificou pontos passíveis de aprimoramento, que serão objeto de contribuição à consulta pública 01/2020. A principal preocupação diz respeito às rígidas regras sugeridas para o comercializador, que incluem a necessidade de:

- autorização junto a Agerba, além da ANP;
- assinatura de Termo de Compromisso com obrigações e penalidades;
- apresentação do contrato de comercialização para a distribuidora e o órgão regulador, com informação do preço negociado;



- iv. demonstração da capacidade legal e financeira ao exercício da atividade, sem definição do que isso seria;
- v. colaboração na promoção das políticas de eficiência energética; e
- vi. sujeição à fiscalização pela Agerba nas áreas administrativa, contábil, comercial, econômico e financeira da empresa.

A Abraceel combaterá esses pontos e reforçará que a comercialização é atividade de competência federal, submetida à regramento da ANP.

Além disso, o GT identificou outros pontos que serão sugeridos para a Agerba, com destaque para:

- a) inclusão da figura do consumidor parcialmente livre;
- b) realização de consulta pública para cálculo dos custos evitados dos consumidores livres;
- c) consideração do biometano nas definições;
- d) possibilidade de desistência após aviso de migração;
- e) divulgação de contrato padrão de prestação dos serviços de movimentação com critérios transparentes para a medição;
- f) responsabilidade de o consumidor livre informar os dados de programação de movimentação à distribuidora;
- g) arbitragem da Agerba em decisões da distribuidora que afetam as outras partes.

A Abraceel circulará entre as associadas na próxima semana a minuta de contribuição com o GT, visto que a consulta pública da Agerba tem prazo até o dia 28.02. A minuta de resolução em discussão está disponível no site da Abraceel.



CURTAS

Fórum do Gás

No dia **19.02**, a coordenação do Fórum do Gás se reuniu para avaliar as contribuições enviadas ao seu novo modelo de governança e atuação. Bernardo Sicsú, vice-coordenador do Fórum, representou a Abraceel. Das 16 entidades que pertencem ao Fórum, 14 concordaram, na íntegra, com o documento enviado e deliberado na reunião de 12.02, uma entidade (Firjan) ainda não se manifestou e outra (Abegás) pediu alteração do documento. Em razão disso, a coordenação entendeu que o documento originalmente compartilhado representa os princípios basilares à atuação do Fórum, uma vez que preza pela correta alocação dos custos e deixa claro que os integrantes não coadunam com a lógica de subsídios cruzados. Foi concedido prazo até a próxima semana, **28.02**, para que as associações se manifestem sobre a visão da coordenação. Em seguida, os coordenadores, farão comunicado a todos os stakeholders do setor em relação à nova governança e princípios do Fórum do Gás. que inclui as logos das entidades participantes **A proposta em discussão está disponível no site da Abraceel.**

Sefaz-CE

A Sefaz-CE não se manifestou no prazo definido na decisão interlocutória do mandado de segurança executado pela

Abraceel. Com isso, no dia **19.02**, o escritório Ganim Advogados Associados despachou novamente o mandado de segurança com o desembargador, agora com os documentos que comprovam a cobrança retroativa do ICMS pela Secretaria sobre os associados. Assim que obtivermos respostas referente ao novo despacho informaremos os associados.

MVE no Ambiente de Operações do site da CCEE

No dia **20.03**, a CCEE informou pelo comunicado nº 124/20 que o acesso ao Sistema do MVE passa a ser realizado pelo denominado “Ambiente de Operação”, disponível no site da Câmara. O passo a passo para acessar o novo sistema está disponível no site da CCEE.

Encontro CCEE – Preço Horário

No dia **20.02**, foi realizado pela CCEE mais um encontro para apresentar as evoluções do preço horário:

- O problema de reprodutibilidade do Dessem ainda persiste, mesmo que a Câmara e o Operador utilizem as mesmas máquinas. As duas instituições ainda estão rodando testes para investigar a origem desse problema.
- O reprocessamento dos decks de 2019 para os modelos Newave, Decomp e Gevazp já estão completos, porém ainda falta o reprocessamento do Dessem, que será feito com base na versão 19.0.5, e as contabilizações sombra.



- Ainda não está definido na regulação o horário da publicação do preço, já que a REN 843 ainda está na base preço pata-mar, porém a CCEE está publicando entre as 18h e 19h do dia anterior.

- Sobre o PrevCargaDessem, a FT irá trabalhar para incluir mais variáveis meteorológicas no modelo.

- Está previsto um evento no final de março para apresentar os resultados dos estudos da Cpamp

A apresentação realizada no encontro está disponível no site da Abraceel e o próximo encontro está agendado para o dia 12.03.

Contribuições ao Comitê Técnico PMO/PLD

Após receber sugestões dos associados sobre a organização e temas para o Comitê Técnico PMO/PLD, coordenado pelo ONS e pela CCEE, a Abraceel enviou sua contribuição às duas instituições. **A versão final da Contribuição está disponível no site da Abraceel, em “Biblioteca > Contribuições e Notas Técnicas”.**

Workshop “Cálculo de Preços em Mercados de Energia”

De **21** a **31.03** acontecerá a Escola Avançada de Otimização Estocástica “Modelos de mercado e investimento para sistemas de energia sustentáveis”, seguida de Workshop Industrial “Cálculo de Preços em Mercado de Energia”. O local ainda será definido, para mais informações

entrar em contato com Claudia Sagastizábal: (21) 984138011.

Hackathon internacional do setor de bioenergia

A Fenasucro 2020, evento que acontece entre 18 e 21 de agosto, será o palco do primeiro “hackathon” internacional voltado para o setor de bioenergia. A ação chamada de “Canathon” acontecerá por 3 dias consecutivos durante a feira, envolvendo até 20 equipes que buscarão soluções sustentáveis e inovadoras para as demandas apresentadas pelas empresas do setor. Além do “Canathon”, a Fenasucro contará com painéis, palestras, mesas de debate e mais. **Informações em: <https://www.fenasucro.com.br/>**

Abraceel recebe visita do Eng. Dilcemar Mendes

A Abraceel recebeu a visita do Eng. Dilcemar de Paiva Mendes, ex-Superintendente de Estudos do Mercado da Aneel, em fase de transição na sua carreira.

MME define parâmetros para a garantia de suprimento

No dia **21.02**, MME publicou Portaria nº 59 definindo os parâmetros para a garantia de suprimento: (i) para o valor esperado de insuficiência da oferta de energia (Energia Não Suprida), condicionado ao nível de confiança de 1%, calculado em base anual, o limite será de 5% da demanda anual por energia do SIN; e (ii) para o valor esperado do CMO, condicionado ao nível de confiança de 10%, calculado em base mensal, o limite será de R\$ 800/MWh para cada subsistema. Segue a tabela com os parâmetros:

Critério Geral de Garantia de Suprimento	Base Temporal
CVaR1%(ENS) \leq 5% da demanda anual por energia do SIN	Anual
CVaR10%(CMO) \leq 800 R\$/MWh	Mensal
LOLP \leq 5%	Anual
CVaR5%(PNS) \leq 5% da demanda máxima instantânea do SIN	Mensal



AGENDA SEMANAL ABRACEEL

28.02 Sexta-feira

Diretoria Executiva se reúne com o diretor da Aneel Efrain Cruz, para discutir o Manual de Boas Práticas e Gestão de Riscos, o Comitê Técnico do PLD e segurança do mercado, às 10h, na sede da Aneel, em Brasília;

Diretoria Executiva se reúne com o Superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado Efrain Cruz, para discutir o Manual de Boas Práticas e Gestão de Riscos e segurança do mercado, às 11h, na sede da Aneel, em Brasília.